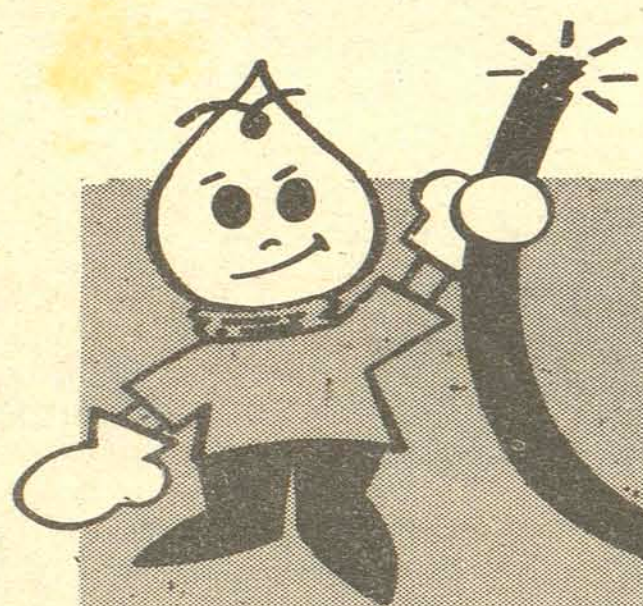




Intersindical dos Eletricitários de SC

Nº 129

13/03/91

SETOR ELÉTRICO
VIOLÊNCIA
As punições continuam

No dia 15, trabalhadores de todo país protestam

Em 15 de março, quando o governo Collor completar um ano, os trabalhadores vão virar fera em todo o país, num movimento que o presidente da CUT, Jair Meneguelli, quer comparar às "manifestações das Diretas Já em 84". Os trabalhadores protestarão contra a recessão e a fome, cristalizadas nos números da crise em que o novo governo afundou ainda mais o Brasil.

Em todo o Brasil as manifestações são

organizadas pelo Fórum de representantes da sociedade civil. Diversas categorias vão fazer greve de um dia, em protesto contra a política econômica do governo. Entre elas, os metalúrgicos do ABC paulista e do Rio de Janeiro, os Rodoviários da Bahia e de São Paulo, os Metroviários paulistas, os servidores públicos federais e os trabalhadores do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Em Santa Catarina, param os servidores públicos do estado, já

pela manhã, com panfletagem no calçadão e terminais urbanos.

Na capital do estado as manifestações começam às 15 horas, na frente da Catedral Metropolitana, onde acontece uma concentração. De lá, os trabalhadores partem em caminhada pelo centro de Florianópolis, juntando mais gente indignada para o ato público, que começa às 17 horas, de novo na frente da Catedral.

Santa Catarina na visão da CUT

Essas são as propostas que a Central encaminhou para futuro governador e conjunto da sociedade

Frente as anunciadas decisões a serem tomadas pelo governador eleito, Vilson Kleinübing, a CUT elaborou um conjunto de propostas para Santa Catarina. Kleinübing anuncia que vai enxugar a máquina do estado com demissões, reduzir secretarias e cargos comissionados, extinguir fundações, o DAE, o Deter, a Empasc, a Cidasc, o Instituto de Agricultura, Acaresc e as Ucres. Para a saúde e educação seu propósito é a municipalização. Afirmar que vai participar da Reforma Agrária no estado e construir habitações para a população de baixa renda.

A Central Única dos Trabalhadores coloca no documento que foi entregue ao futuro governador que o caminho que interessa às maiorias é aquele que "sem recessão ou fome" parta dos seguintes pontos: "retomada do crescimento econômico com uma verdadeira distribuição de renda; com o não pagamento da dívida externa; reforma agrária que ponha fim ao latifúndio e a violência; com a redefinição do papel do estado na economia, do ponto de vista do interesse da maioria da população e das necessidades fundamentais à vida."

A Central afirma que este cominho "vai ser forjado pela luta popular, por aqueles que estão enfrentando a desastrosa política do governo federal."

Quanto a administração pública e Funcionalismo, a CUT propõe fundamentalmente a melhoria e ampliação dos serviços públicos nas áreas essen-



Presidente da CUT e governador eleito

ciais e a intervenção no sentido de buscar distribuição de renda e justiça social. É contra a privatização de serviços públicos essenciais. A Central defende a redução máxima da contratação de empreiteiras e quando isso for necessário, que seja através de um processo de licitação com lisura. Para o funcionalismo propõe estabilidade — recuperação das perdas salariais, plano de cargos e salários, fim da contratação da mão-de-obra indireta, concurso público e estatuto único.

Para a área da saúde a CUT defende a implantação do Conselho Estadual de Saúde, municipalização da saúde, reestruturação da rede de saúde sem demissões, desenvolver a rede básica quanto a programas de saúde integral da mulher, criança e adulto, programa de atendimento à saúde mental.

Quanto a questão do carvão mineral a Central reivindica a implementação das propostas do "Fórum Sul Catarinense de Mobilização e Desenvolvi-

mento". E para o setor elétrico é defendida a manutenção dos investimentos na Celesc, mantendo o sistema com empresas regionais (Eletrosul) com investimentos federais, inclusive, com o aproveitamento do rio Uruguai, sem danos a população e ao meio-ambiente. E contra a privatização da Celesc e Eletrosul.

As principais reivindicações da CUT no setor do saneamento são: participação dos trabalhadores da casa na discussão, decisão e implementação das políticas para o setor, contra a vinculação da empresa a secretaria da habitação e desenvolvimento comunitário, contra a regionalização do setor de saneamento.

Para a saúde é defendido: a implantação do Conselho Estadual de Saúde, aceleração do processo de municipalização, reestruturação da rede hospitalar, fortalecimento do Sistema Único de Saúde e política de valorização de pessoal. Quanto a habitação de desenvolvimento urbano são reivindicados a destinação de verbas orçamentárias para ampliação de política urbana e de habitação, garantindo subsídio a população de baixa renda, criação do Fundo Especial para Habitação, a partir da aplicação de 50% da arrecadação da loteria instantânea, abertura da linha de crédito e reestruturação da Cohab. Quando ao Sistema Financeiro Estadual a CUT reivindica a capitalização dos bancos esta-

duais, com obtenção de empréstimos junto ao Banco Central e BNDS, créditos aos municípios desassistidos, controle da ingerência política nas instituições, transparência na condução administrativa dos bancos, informatização. Para a educação a Central pede verbas públicas exclusivas para a escola pública, expansão, recuperação e ampliação da rede, valorização do profissional de ensino, eleição dos diretores, cargos de direção e conselho de escolas, não municipalização do ensino.

Sobre política agrária e agrícola a CUT fala em prioridade aos pequenos e médios produtores, trabalhadores rurais e consumidores urbanos; reforma agrária; participação no processo de indicação de área para desapropriação em conjunto com os movimentos de sem-terra, apoio aos assentados, aplicação do Programa de Financiamento de Terras.

Para o funcionalismo a administração pública a Central defende a reposição salarial mensal pela inflação, estabilidade no emprego, plano de cargos e salários, recuperação integral das perdas salariais, estatuto único, garantia de qualidade dos serviços públicos, investimentos em ciência e tecnologia. Quanto ao IPESC a CUT reivindica a redefinição de seus objetivos, auditoria técnica geral, revisão de pensões e aposentadorias, e democratização da gestão.

Negada pauta da intersindical

Na reunião do dia 6, havida entre Intersindical e Celesc, a Empresa negou a possibilidade de haver qualquer adiantamento dos 44,34% antes do dia 13 de março. O motivo alegado foi a ausência do diretor financeiro e do presidente da empresa. Ainda nessa reunião a Intersindical apresentou uma pauta de reivindicações onde aparecem: retirada do pedido de abusividade da greve, encerramento de todos os inquéritos administrativos e policiais, fim de todas as punições referentes a greve de dezembro, não desconto dos dias parados na greve, triênio, 58% de reajuste referente a MP 295, ao in-

vés de 44%, garantia no emprego para todos os empregados que entraram por concurso após outubro/90, apresentação dos cálculos para pagamento da URP de fevereiro/89 e 6,68%, correção dos 15,97% do acordo de janeiro pelos mesmos índices dos salários a partir da edição da MP 295 e prorrogação da cláusula garantia no emprego por mais um ano.

Na reunião do dia 11 a diretoria colegiada da Celesc rejeitou todos os pontos da pauta da Intersindical. Agora essas questões só serão negociadas com a nova direção da empresa.

ELETROSUL

As irregularidades continuam

Há um ano e cinco meses atrás, iniciava-se na Eletrosul um trabalho de averiguação de irregularidades que estariam sendo praticadas pelo chefe do DVCG/DCC, Darcy Corrêa Júnior. Durante esse tempo as denúncias foram constatadas, inicialmente por uma comissão de Sindicância, depois comprovadas por uma auditoria, mas até agora a direção da empresa não tomou nenhuma atitude no sentido de punir os envolvidos. Num retrocesso a tudo o que já foi feito, em fevereiro desse ano o Diretor Administrativo criou uma nova Comissão de Sindicância, com prazo de 45 dias "para averiguar os fatos expostos", "apurar as respectivas responsabilidades e propor medidas cabíveis".

No relatório da Comissão de Sindicância, o único que foi divulgado, ficaram registradas variadas formas de descumprimentos dos princípios básicos de licitação. Um auditor, Ercules Romero Monteiro, ficou à disposição da Comissão, que em dezembro de 89

apresentou seus resultados. O primeiro deles foi a verificação que realmente houve direcionamento a Santa Fé Veículos, na aquisição de veículos marca Chevrolet. Outra conclusão da Comissão: "A forma gerencial do Sr. Darcy Corrêa Júnior é pouco profissional, podendo ser considerada de índole paternalista".

Depois de examinar processos de compras, depoimentos de fornecedores, e de empregados da Divisão, documentos, além de contatos telefônicos, a Comissão constatou, além do favorecimento a Santa Fé Veículos, irregularidades na compra de materiais de escritório, principalmente móveis e máquinas de escrever. Sabe-se, extra-oficialmente, que o relatório da Auditoria, concluído em setembro do ano passado, acabou constatando outras irregularidades, mas até agora as medidas cabíveis não foram tomadas e, ao que tudo indica, não serão tomadas tão cedo.

ASSEMBLÉIA GERAL DA ELETROSUL E CELESC CONJUNTA

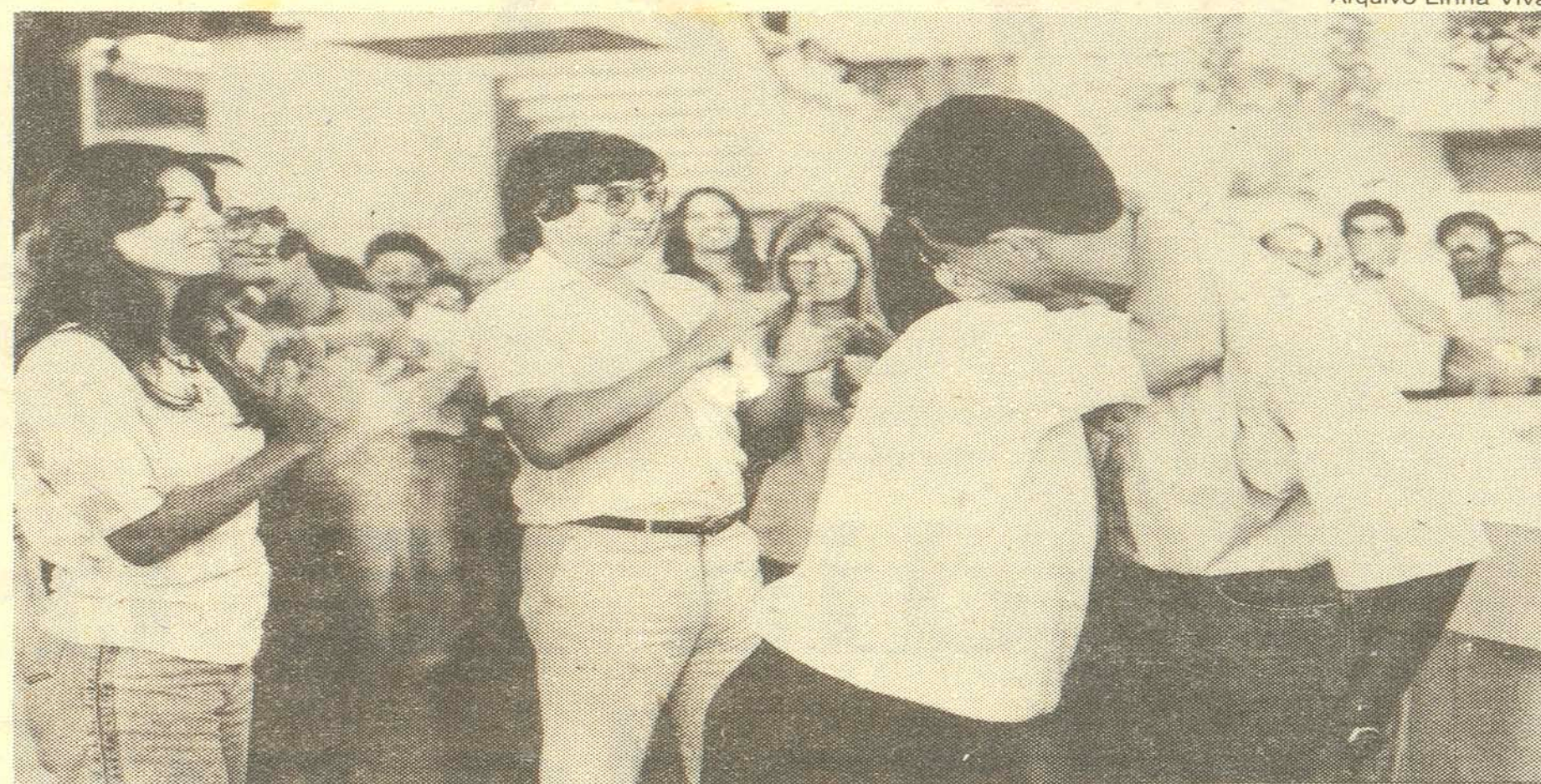
Assembléia geral conjunta da Eletrosul e Celesc em Florianópolis, dia 26, às 18 horas, no Rancho Alegre, para:

- Eleição de delegados para o IV Congresso da CUT Regional - Fpolis;
- Informes sobre negociação com a nova direção da Celesc e do Comando Nacional dos eletricitários;
- Discussão sobre alteração do contrato com assessoria jurídica;
- Apreciação da proposta orçamentária do Sinergia.



Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina que tem 7500 exemplares. Diretor Responsável: Glaucio Marques. Editores: Gastão Cassel (DRTES 8169) e Rosângela Bion (DRTSC 1019). Ilustração: Franch Maia. Impressão: Gráfica do jornal O Estado. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 21, Fpolis, SC. Fone: (0482) 22-3866. Telex: 48-2555. Fax: 23-5596. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

PUNIÇÕES



Na sua reintegração, Cascaes foi recebido com aplausos pelos empregados

Liminar que reintegrou Cascaes é cassada antes do julgamento

Quando, no dia 14 de novembro de 1990, os empregados da Eletrosul ocuparam, sorridentes, escadas e corredores para ver a volta de Cascaes eles não poderiam imaginar que menos de quatro meses depois a injustiça fosse reafirmada. João José Cascaes Dias foi demitido ao final da greve de agosto do ano passado por fotografar o movimento.

Só que em novembro ele foi reintegrado por um decisão liminar do Juiz do Trabalho, Humberto D'Ávila Rufino, e voltou a exercer suas funções no DEE — Departamento de Estudos de Engenharia, antigo DEH. Na semana passada, no entanto, o Juiz classista patronal, Helmut A. Shaarsmidt, cassou a liminar de reintegração e Cascaes voltou a situação de demitido.

Essa nova demissão começou a ser pensada logo após Cascaes haver retornado a empresa na qual trabalha há doze anos. Rapidamente a Eletrosul entrou com recurso para cassação da liminar junto ao TRT — Tribunal Regional do Trabalho. O recurso foi aceito, mas o processo que apura a falta grave continua na Justiça do Trabalho, onde seu mérito será julgado somente a partir de julho. Quanto a cassação ela é uma medida de caráter processual, para a qual a assessoria jurídica do sindicato já providenciou os recursos necessários.

Quanto aos empregados de expressões satisfeitas eles agora estão chocados diante de tanta mesquinha por parte da atual administração da empresa, que mais uma vez dá mostras de despreparo e incapacidade.



Tribunal cobra com juros e correção

No mês passado o Sinergia recebeu do Tribunal de Contas do Estado uma correspondência com a decisão do Tribunal sobre o processo contra o ex-presidente da Celesc, Norgert Wiest. Foram divididos em cinco, os valores a serem recolhidos com juros e correção monetária. São eles: 23.123,04 BTNs pelos pagamentos de ajuda de custo; 60.408,14 BTNs pelo item "dinheiro dos empregados foi para o mercado financeiro", ou seja, pelo não recolhimento do IAPAS dentro dos prazos; 38.426,27 BTNs pelo reajuste de gratificações à diretoria, assistentes, assessores, etc; 25.378,50 BTNs referente ao acordo firmado com o Supermercado Angeloni. O Tribunal fixou em sua decisão um prazo de 30 dias para recolhimento dos valores, "sem o qual proceder-se-á execução nos termos regimentais". A decisão é datada em 19 de dezembro de 90.

A auditoria na Celesc foi realizada com base no dossiê de irregularidades elaborado pelo Sinergia em 1989.

Aberta inscrição de representantes

Até o dia 15 de março estarão abertas as inscrições para eleição de representantes sindicais. Os candidatos devem inscreverem-se pessoalmente no Sinergia, no horário das 8 às 12 horas e das 14 às 19 horas. Eles devem trazer uma fotografia e devem ter se filiado ao Sindicato até última data-base. Existem oito vagas para representantes na Eletrosul e doze na Celesc.

A eleição acontece no dia 25 de março, uma segunda-feira. Tão logo encerrarem-se as inscrições, o Sindicato vai divulgar o nome dos candidatos.

Só no primeiro dia cinco candidatos já inscreveram-se.

Recompensa pelos serviços prestados

Em janeiro desse ano, o engenheiro Luiz

Comando Nacional continua de plantão em Brasília

O Comando Nacional dos Eletricitários continua com seu plantão em Brasília. Na semana passada o trabalho, junto aos congressistas, ficou a cargo dos sindicatos de Florianópolis e do Rio Grande do Sul. Eles acompanharam a votação do projeto de lei que regulamenta a edição de Medidas Provisórias e realizaram audiências com Ozires Silva, Hildo Gurgel, Marcelo Pimentel e Guimarães Falcão. Esse deslocamento das negociações para Brasília foi provocado pela centralização de decisões do governo Collor. Hoje o Comando Nacional entende que não adianta mais ficar discutindo nas empresas, a nível administrativo, quando as decisões das questões fundamentais ocorrem a nível político, diretamente com o governo. Por isso desde a data-base o Comando está de plantão em Brasília negociando com quem realmente tem poder de decisão.

No Tribunal Superior do Trabalho, os membros do Comando participaram de audiências com o ministro redator do dissídio dos eletricitários, Hildo Gurgel, e com o ministro revisor, Marcelo Pimentel. Na ocasião eles entregaram o documento elaborado pelo DIEESE, referente a metodologia de cálculo da aplicação da Medida Provisória 273,

Depois da audiência com o presidente do TST, o Comando conseguiu que fosse realizada no dia 13 a audiência de conciliação do dissídio encaminhado pelo Comando, que trata da garantia no emprego e da manutenção dos itens específicos. As cláusulas econômicas, que fazem parte do dissídio encaminhado pelo grupo Eletrobrás, ainda se encontram na procuradoria da justiça, sem data marcada para julgamento.

visando esclarecer os mesmos para o julgamento do dissídio referente as cláusulas econômicas, que se encontram na procuradoria do TST sem data para julgamento. Ainda na terça-feira, na audiência com o presidente do TST, ministro Guimarães Falcão, foi atendida a solicitação dos sindicalistas de que fosse marcada a audiência de conciliação do dissídio encaminhado pelo Comando Nacional, que trata sobre a garantia no emprego e manutenção dos itens específicos. A audiência, que é a última etapa que antecede o julgamento deste dissídio,

foi marcada para o dia 13, às 10 horas.

O presidente do TST demonstrou interesse em saber detalhes sobre a situação das ações que tramitam na Justiça do Trabalho, sobre a greve de agosto do ano passado. Depois do inusitado procedimento do grupo Eletrobrás no pós-greve, Guimarães Falcão disse estar aguardando que todos os casos venham a se solucionar satisfatoriamente.

Na quarta-feira houve uma audiência com o ministro da Infra-Estrutura. Os sindicalistas discutiram a questão da preservação do setor elétrico nos atuais moldes e as consequências da reforma administrativa para os empregados do grupo Eletrobrás. Ozires Silva afirmou que estavam superados todos os boatos referentes a fusão e extinção de empresas. A Reforma Administrativa foi reiterada, mas foi negado que ela implique necessariamente em demissões. O Ministro ainda colocou que vai orientar as direções das empresas a buscarem o diálogo com os sindicatos.

No dia 12 de março os membros do Comando Nacional dos Eletricitários voltaram a se reunir. Desta vez para prepararem-se para a audiência de conciliação do dissídio dos eletricitários no dia 13.

Belo e Itapema. A alteração foi necessária porque aqueles empregados sempre estiveram mais vinculados a agência Itajaí, atuando junto com o Sindicato do Vale.

Abaixo-assinado pela igualdade

Na semana passada o técnico Mauro César Miranda, conseguiu, em dois dias, mais de duzentas assinaturas para o abaixo-assinado que ele está promovendo na Celesc. No documento Mauro pede que a direção da empresa aprove a reavaliação do Plano de Carreira, que foi feita pelos técnicos responsáveis pela elaboração do Plano 2. Na reavaliação são propostas alterações que visam basicamente colocar todos os empregados do Plano 2 no mesmo patamar, pois atualmente algumas áreas estão num patamar superior, com vantagens econômicas e facilidades de ascensão profissional. Depois da mobilização dos empregados a reavaliação foi aprovada no DRH, CRH e GT, e posteriormente pela diretoria da empresa.

TRIBUNA Livre

Sérgio Luiz Trainotti
Empregado da Celesc — CEFA

Sufrágio universal (o Golpe)

O Artigo 14 da Constituição Federal — dos Direitos Políticos expressa: a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto com valor igual para todos.

Não concordo com este artigo. Vejamos: o sufrágio universal é um conto-do-vigário, um logro, uma válvula de segurança, uma máscara atrás da qual se esconde o poder autoritário do Estado, alicerçado sobre os bancos escolares, a polícia, exercício da mídia eletrônica.

Esta é uma forma bem discreta para se manter no poder, principalmente para aqueles que estão na sombra dele.

Estou querendo dizer que esta "democracia", não pode usurpar a consciência de milhões de cidadãos. Nossa imprensa aliada ao poder vigente sacaneia, usurpa nossa capacidade crítica, tornando-nos soldadinhos de brinquedo. No teatro das eleições, o que muda é só o tamanho do papel que é usado para votar, pois o elenco de artistas e a platéia continuam os mesmos.

A soberania popular não pode ser exercida pelo voto de milhões de analfabetos políticos, pois estes legitimam o poder autoritário apoiado pelas religiões.

O voto obrigatório é o ato pedagógico que aniquila com a classe mais crítica (pensante) da sociedade já que seu percentual é reduzido.

Desta forma o poder autoritário do estado vigente não é eliminado devido a pouca criatividade ideológica da maioria dos analfabetos.

Sou contra o voto obrigatório e dos analfabetos. É preciso educar as massas de operários, trabalhadores em geral, camponeses, para que eles não caiam no conto-do-vigário e que passem a se autogovernar pela prática da autogestão.

Do progresso da autogestão depende o futuro dos trabalhadores e um novo mundo se pode abrir à humanidade.

A Tribuna Livre é um espaço aberto. As matérias, devem ser remediadas para a redação, assinadas, datilografadas, e nunca com mais de 40 linhas de 70 toques. A publicação ficará a critério dos editores.

Um ano de desgovernos

Herbert de Souza

Sociólogo e secretário executivo do IBASE

O governo Collor é um grande desastre para o Brasil. Eleito pelo voto direto, depois de tantos anos de ditadura, Collor começou confiscando a poupança e o dinheiro de todos, desarticulando e destruindo a máquina estatal, privatizando o patrimônio público, invadindo as prerrogativas do Congresso através das medidas provisórias e estabelecendo o arrocho salarial como política de governo.

Sustentado, até hoje, pelas redes de televisão, o Governo Collor ainda conta com um apoio importante da opinião pública que se forma e se deforma a partir do que pode conhecer através da mídia. Mas, assim como subiu vai pouco a pouco baixando. Assim como mentiu, disse e se desdisse, o governo vai se atolando cada vez mais na crise da credibilidade. Não se pode mais confiar num governo que faz hoje tudo o que negou ontem. Vai entrando também na crise de governabilidade. O governo não consegue realizar seus objetivos e muitos, inclusive, se perguntam se ele efetivamente tem algum plano de médio e longo prazo na cabeça além de governar e exercer o poder a qualquer custo.

O tal tiro contra a inflação não matou ninguém e saiu pela culatra. O governo depois de afirmar que acabaria com ela está sendo acabado pouco a pouco no fogo de seu próprio fracasso. A reforma administrativa se revelou um total desastre, a máquina estatal que nunca foi boa está pior do que nunca. A famosa privatização caminha a passo de tartaruga. A abertura para o mercado externo revelou-se uma panacéia. As promessas de combate a miséria e a pobreza dos descamisados se transformaram em mais corrupção no nordeste, em falência dos serviços públicos de saúde, educação e saneamento. A negociação da dívida externa se arrasta e quanto mais o tempo passa mais o governo promete pagar mais para os banqueiros internacionais, enquanto aplica internamente a política de arrocho que é o preço que os trabalhadores pagam pela famosa política de estabilização da economia.

Quanto mais fala em economia de mercado, liberdade de iniciativa e competição, mais o governo intervém na economia e se contradiz na prática de seus princípios, o que lhe causa grandes dores de cabeça junto ao empresariado.

Recessão, desemprego, aumento da pobreza e do desespero de amplos setores da população eis o quadro de um ano de governo, eis a verdadeira cara do governo que chegou prometendo o fim da inflação, a retomada do desenvolvimento e a entrada do Brasil no chamado primeiro mundo.

Mas, a sociedade não ficou parada vendo o governo desgovernar. Elegeu os novos governadores e nos estados do centro sul votou contra ou independente do governo federal. Elegeu um novo Congresso e renovou em quase 70 por cento seus representantes. O novo Congresso vai pouco a pouco mostrando uma certa autonomia face ao governo e promete se afirmar e participar na definição de novos rumos para o Brasil. Os trabalhadores através de seus sindicatos e centrais sindicais vem lutando contra o arrocho, contra as medidas que ameaçam as conquistas dos trabalhadores e buscam também novos interlocutores no Congresso, no debate com os empresários e com os partidos políticos. A sociedade, através dos mais variados movimentos, das mulheres, dos negros, dos povos indígenas, das igrejas, das associações de moradores, dos grupos ecológicos vai

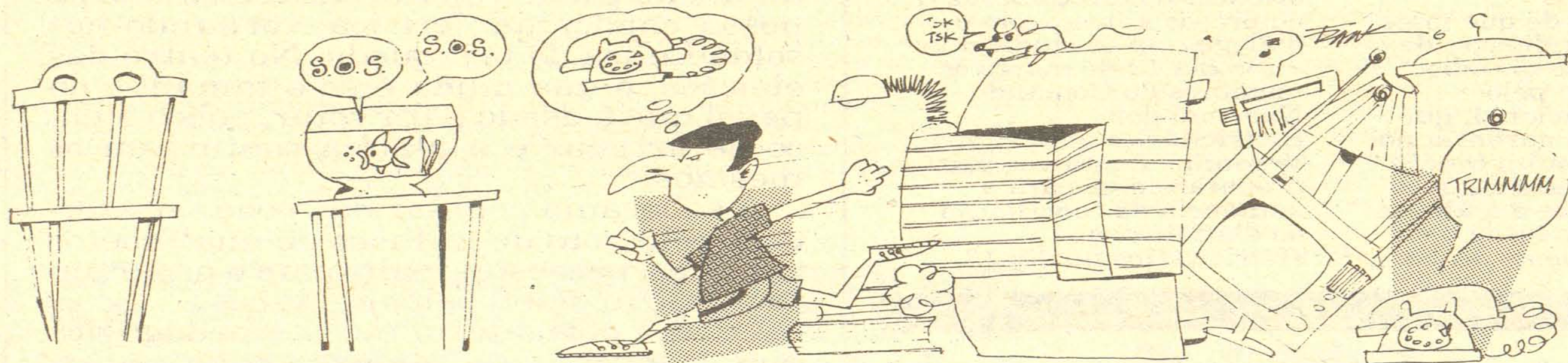
LINHA

aberta

buscando se afirmar e caminhar com suas próprias pernas escolhendo outros cenários para atuar a nível dos estados e dos municípios. A sociedade se mobiliza para reconquistar sua capacidade de se confrontar com o desgoverno do governo. E é assim que a democracia caminha e a avança.

Os desafios são imensos: derrotar a política econômica que vem destruindo a sociedade brasileira, retomar o desenvolvimento com desconcentração da renda e maior justiça social, realizar as grandes reformas estruturais inclusive a reforma agrária, completar a obra da nova Constituição que está por ser feita pelo novo Congresso, democratizar os meios de comunicação de massa para que a informação não seja um poder privilegiado sob o controle de muitos poucos para enganar a muitos, acabar com as políticas de arrocho e atender de forma concreta os milhões de brasileiros que vivem em situações de pobreza e miséria absoluta. Para realizar esses desafios o governo tem que ser colocado em seu devido lugar e limite. O Congresso deve ocupar o espaço que a democracia lhe reserva e a sociedade civil deve ocupar o primeiro plano em todas as situações e circunstâncias. Para isso, é fundamental retomar a iniciativa, deixar de simplesmente resistir e se opor para propor e construir novos caminhos.

* Matéria exclusiva para o NOIS — Núcleo Organizado de Imprensa Sindical



Concentração de renda via salários

José Alvaro

Economista da Subseção do DIEESE do Sindicato dos Bancários

No último dia 1º o Congresso Nacional (CN) aprovou o projeto de conversão da Medida Provisória 295, que normatiza a política de preços e salários. No que se refere aos salários, a nova política, já sancionada pelo Presidente da República (Lei nº 8.178), estabelece basicamente o seguinte:

— A política salarial está definida até o mês de agosto. Até o dia 15 de abril o governo terá que enviar uma proposta ao congresso, que tratará dos salários a partir de setembro 91.

— Os salários não terão reajuste até agosto, e sim abonos. Um abono fixo de Cr\$ 3.000,00, que começará a incidir sobre o salário de abril; um móvel calculado com base na variação da Cesta-Básica. O custo desta foi fixado em Cr\$ 29.600,00.

— Os abonos serão aplicados diferentemente para o salário mínimo e os demais salários.

— Estão excluídos os trabalhadores do setor público federal. Conforme o que ficou acordado entre o governo e o Congresso Nacional, dentro do 60 dias o executivo terá que enviar a este último uma proposta de política salarial para os servidores públicos civis e militares da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional.

— Os aposentados e pensionistas, que recebem até um salário mínimo, terão em maio, junho e julho, a variação, em cruzeiros, da Cesta. Os demais, receberão a variação percentual. Em agosto recebem de novo a variação da Cesta, conforme os critérios acima.

— Foi retirado do Projeto de Conversão o artigo que previa o efeito suspensivo de 120 dias para recursos trabalhistas julgados em 1ª instância na Justiça do Trabalho.

— Não há mais unificação das datas-bases

e as datas dos dissídios se mantém.

A política salarial aprovada merece alguns comentários. A vinculação dos abonos à variação da cesta-básica tem algo de positivo, na medida em que traz uma perspectiva de distribuição de renda, alterando o patamar em que a discussão vinha se dando. Por outro lado, porém, possui uma face bastante negativa, que é a da idéia de que as necessidades do trabalhador serão satisfeitas apenas pelos produtos básicos, o que significa um retrocesso na discussão à respeito dos salários. Além disso, devemos lembrar a aprovação das medidas não foram precedidas de uma redefinição da política agrícola, que garantisse o aumento da produção de gêneros alimentícios. Quem garante que não haverá desabastecimento destes produtos?

Os abonos previstos para o salário mínimo, por sua vez, são ridículos, principalmen-

te se levarmos em conta que, ao longo de 1990, a cada mês, o salário mínimo batia recordes históricos de queda de poder aquisitivo (o DIEESE possui dados que comprovam isto).

Mas o mais grave é que o artigo 26 da nova Lei convalida os atos praticados com base nas oito medidas provisórias editadas pelo governo desde junho de 1990, que tratam de salários. Este artigo simplesmente proíbe que os trabalhadores obtenham a reposição das perdas salariais passadas. Pelo menos é este o seu resultado prático.

Através do referido o governo Collor consagrou aquele que foi, do ponto de vista econômico, o principal traço do seu primeiro ano de existência: a concentração da riqueza. Mas o que mais preocupa é que o governo contou, para esta empreitada, com o aval de uma parcela significativa dos parlamentares.